

Multisseriação: cenário complexo, práticas docentes diferenciadas e políticas educacionais proativas Social

Maria das Dores Elias da Silva

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales. Ley Nº 4200/10. Asunción/ PY
dorestbm@hotmail.com
danytbm@hotmail.com

Resumo:

Este artigo, de natureza bibliográfica, investiga a multisseriação como um cenário educacional complexo, analisando criticamente práticas docentes diferenciadas e políticas educacionais proativas permitidas para sua efetividade. O objetivo geral é compreender os desafios e potencialidades da multisseriação, identificando estratégias pedagógicas inovadoras e ações políticas adequadas a partir da literatura especializada. A justificativa reside na persistência significativa da multisseriação, sobretudo em regiões rurais e remotas, exigindo respostas superadas que superem visões simplistas ou deficitárias sobre essa organização escolar. Os resultados indicam que a complexidade do cenário envolve fatores estruturais, formação docente específica e recursos pedagógicos limpos; destacam a necessidade de práticas pedagógicas intencionalmente diferenciadas, colaborativas e flexíveis; e apontamos para a urgência de políticas educacionais proativas que garantam apoio institucional, formação continuada contextualizada, materiais didáticos específicos e reconhecimento da singularidade da multisseriação, superando a mera reprodução de modelos seriados. Conclui-se que o sucesso na multisseriação requer uma abordagem sistêmica, integrando ação docente e políticas públicas comprometidas com a equidade educacional.

Palavras-chave: Multisseriação, Práticas Pedagógicas, Políticas Educacionais



Recebido em: dez. 2024; Aceito em: maio. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.656

Produções Científicas em Pauta: Novas linhas de investigação

Julho, 2025, v. 3, n. 28

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Multigrade: complex scenario, differentiated teaching practices and proactive educational policies social

Abstract:

This bibliographic article investigates multigrade as a complex educational scenario, critically analyzing differentiated teaching practices and proactive educational policies allowed for its effectiveness. The general objective is to understand the challenges and potentialities of multigrade, identifying innovative pedagogical strategies and appropriate political actions based on the specialized literature. The justification lies in the significant persistence of multigrade education, especially in rural and remote regions, requiring outdated responses that overcome simplistic or deficient views about this school organization. The results indicate that the complexity of the scenario involves structural factors, specific teacher training and clean pedagogical resources; highlight the need for intentionally differentiated, collaborative and flexible pedagogical practices; and we point to the urgency of proactive educational policies that guarantee institutional support, contextualized continuing education, specific teaching materials and recognition of the uniqueness of multigrade, going beyond the mere reproduction of serial models. It is concluded that success in multigrade requires a systemic approach, integrating teaching action and public policies committed to educational equity.

Keywords: Multigrade, Pedagogical Practices, Educational Policies

Multigrado: escenario complejo, prácticas docentes diferenciadas y políticas educativas proactivas social

Resumen:

Este artículo bibliográfico investiga el multigrado como un escenario educativo complejo, analizando críticamente las prácticas docentes diferenciadas y las políticas educativas proactivas que permitieron su efectividad. El objetivo general es comprender los desafíos y potencialidades de la multigrado, identificando estrategias pedagógicas innovadoras y acciones políticas apropiadas basadas en la literatura especializada. La justificación radica en la persistencia significativa de la educación multigrado, especialmente en regiones rurales y remotas, que requieren respuestas obsoletas que superen las visiones simplistas o deficientes sobre esta organización escolar. Los resultados indican que la complejidad del escenario involucra factores estructurales, formación docente específica y recursos pedagógicos limpios; destacar la necesidad de prácticas pedagógicas intencionalmente diferenciadas, colaborativas y flexibles; y señalamos la urgencia de políticas educativas proactivas que garanticen el apoyo institucional, la formación continua contextualizada, los materiales didácticos específicos y el reconocimiento de la singularidad del multigrado, yendo más allá de la mera reproducción de modelos seriados. Se concluye que el éxito en multigrado requiere un enfoque sistémico, integrando la acción docente y las políticas públicas comprometidas con la equidad educativa.

Palabras clave: Multigrado, Prácticas Pedagógicas, Políticas Educativas

Introdução

A multisseriação, modelo educacional que agrupa estudantes de diferentes séries, idades e níveis de aprendizagem em uma única sala de aula sob a orientação de um único docente, persiste como realidade estrutural em contextos rurais e periféricos do Brasil, desafiando paradigmas homogeneizantes do sistema educacional. Embora reconhecida como espaço potente para pedagogias inovadoras e valorização da heterogeneidade, sua complexidade é acentuada por desafios como gestão do tempo, escassez de recursos didáticos e lacunas na formação docente, frequentemente agravadas pela desconexão entre políticas públicas e práticas em sala de aula. Este artigo visa analisar criticamente essas características, com o objetivo geral de investigar a multisseriação enquanto cenário complexo, práticas docentes diferenciadas e demandas por políticas educacionais proativas.

Para tal, delineiam-se os seguintes objetivos específicos : (1) definir multisseriação, destacando convergências teóricas (como a heterogeneidade como valor) e dissonâncias estruturais (como insuficiências formativas), propondo recomendações baseadas em evidências para políticas públicas e formação docente; (2) mapear políticas educacionais proativas (nacionais e locais) direcionadas à multisseriação, por meio de análise documental de leis, diretrizes e planos, para avaliar a coerência normativa com a realidade das escolas; (3) caracterizar o cenário complexo dessas salas, identificando desafios (gestão do tempo, diversidade etária, recursos) e potencialidades (aprendizagem colaborativa, pedagogia diferenciada); (4) analisar estratégias pedagógicas diferenciadas (ensino por projetos, tutoramento entre pares, flexibilização curricular) e suas interfaces com teorias educacionais contemporâneas.

A justificativa reside na urgência de superar visões deficitárias sobre a multisseriação, transformando-a em locus de inovação pedagógica e equidade, por meio de políticas que transcendem a mera regulamentação e artigo formação docente, recursos e avaliação contextualizada.

Fundamentos Teóricos da Multisseriação

A multisseriação, enquanto específica educacional, ancora-se em princípios históricos-pedagógicos que remontam às escolas rurais do século XIX, porém sua ressignificação contemporânea desafia modelos homogeneizantes. Conforme Hage (2019), essa modalidade transcende a mera exclusiva de séries, configurando-se como “espaço de sociabilidade pedagógica que exige reconfiguração epistemológica do processo de ensino-aprendizagem”. Tal perspectiva fundamenta-se na crítica à padronização curricular, pois a heterogeneidade etária e cognitiva, longe de ser obstáculo, converte-se em potencial dialético quando melhor mediada.

Essa complexidade exige, portanto, referenciais teóricos que superem visões reducionistas, como apontam Silva e Araújo (2020) ao defenderem que uma lógica multisseriada opera sob paradigmas freireanos de dialogicidade. Os autores argumentam que “a interação entre diferentes níveis cognitivos estimula processos metacognitivos inexequíveis em turmas seriadas”, estabelecendo conexão com as teorias de Vygotsky sobre zona de desenvolvimento proximal. Contudo, essa potencialidade acaba em dissonâncias estruturais, especialmente na formação docente inicial, que raramente aborda tais especificidades.

A formação de professores apresenta lacunas críticas, conforme demonstram Oliveira e Souza (2021) no estudo sobre currículos de licenciaturas, onde apenas 12% das ementas mencionavam estratégias para contextos multisseriados. Essa desconexão entre teoria e prática gera consequências diretas: os professores recorrem a adaptações intuitivas sem suporte metodológico, perpetuando abordagens fragmentadas. Paradoxalmente, como observa Santos (2022), essa mesma carência impulsiona criatividade pedagógica quando há apoio institucional, evidenciando que a ausência de diretrizes não implica incapacidade docente.

Nesse cenário, a valorização da heterogeneidade emerge como eixo norteador, alinhando-se aos estudos de Alves e Cury (2022) sobre pedagogias multisseriadas eficazes. Eles defendem que “a diversidade etária constitui capital pedagógico quando convertida em tutoramento vertical entre pares”, princípio que ecoa a teoria da aprendizagem colaborativa de Dillenbourg. Tal abordagem, entretanto, requer ruptura com entrevistas padronizadas, pois como adverte

Gatti (2023), instrumentos que falham em capturar progressos multidimensionais típicos desses ambientes.

As políticas educacionais, por sua vez, oscilaram entre reconhecimento retórico e ações efetivas, conforme análise documental de Faria (2021) sobre planos municipais. A pesquisadora identifica que "80% das normativas mencionam multisseriação como exceção transitória, não como modelo pedagógico legítimo", reforçando estigmas que dificultam investimentos em formação continuada. Essa lacuna normativa contrasta com experiências locais bem-sucedidas, onde, segundo Mendonça (2023), a autonomia escolar permite desenvolver currículos orgânicos.

A relação entre contexto rural e multisseriação merece análise crítica, pois como pondera Hage (2019), reduz o foco à geografia perpetua visões assistencialistas. É fundamental compreendê-la como "expressão de direito à educação em territórios diversificados", o que demanda políticas que transcendam a mera distribuição de materiais. Nesse aspecto, convergem teóricos como Arroyo e Caldart ao defenderem que a educação do campo requer epistemologias próprias, não réplicas urbanas.

A mediação docente nesses contextos exige ressignificação do papel do professor, que conforme Santos e Lima (2024), transforma-se em "arquiteto de percursos individuais e coletivos simultâneos". Essa metáfora traduz a necessidade de domínio de estratégias como diferenciação curricular e pedagogia de projetos, ancoradas nas teorias de Tomlinson sobre ensino adaptativo. Contudo, essa complexidade não prescinde de condições materiais mínimas, como carga horária para planejamento colaborativo.

A integração de metodologias ativas revela-se como tendência promissora, especialmente o ensino por projetos temáticos investigados por Gatti (2023). Dados de sua pesquisa indicam que projetos interdisciplinares aumentam em 67% o engajamento em aulas multisseriadas, validando princípios do construcionismo de Papert. Não obstante, tal êxito depende de recursos didáticos flexíveis, muitas vezes inexistentes em escolas remotas, gerando assimetrias.

A avaliação formativa configura-se como pilar indispensável, pois segundo Alves e Cury (2022), instrumentos como portfólios e registros reflexivos

capturam melhor "as aprendizagens invisíveis em processos multisseriados". Essa visão alinha-se às teorias de Hoffmann sobre avaliação mediadora, que privilegiam trajetórias sobre resultados padronizados. A alteração, contudo, exclui a sobrecarga docente, exigindo revisão estrutural dos sistemas de avaliação externa.

Teorias da complexidade oferecem lentes pertinentes, como argumenta Mendonça (2023) ao aplicar conceitos morinianos à multisseriação. O autor propõe que "a sala multisseriada opera como sistema adaptativo complexo, onde microinterações geram emergências pedagógicas imprevisíveis", exigindo abandonar modelos lineares de planejamento. Essa perspectiva justifica, portanto, a exclusão das práticas de aceleração seriado comum em políticas compensatórias.

A sustentabilidade do modelo depende, em última análise, de sinergia entre atores, conforme descrição de Faria (2021): "políticas pró-ativas somente florescem quando articulam formação docente, participação comunitária e financiamento específico". Essa tríade ecológica o conceito de ecologia de saberes de Santos, exigindo o reconhecimento de que soluções impostas verticalmente fracassaram em contextos singulares.

Panorama Normativo das Políticas Educacionais

O arcabouço normativo brasileiro para multisseriação, embora reconheça formalmente sua existência, apresenta fragilidades estruturais que perpetuam a invisibilidade pedagógica desse modelo. Conforme Alves e Cury (2022), uma análise do Plano Nacional de Educação (PNE) revela que "a multisseriação é citada apenas como exceção circunstancial, não como modalidade com especificidades formativas", refletindo uma lógica compensatória que ignora potencialidades educativas. Essa abordagem marginalizante contrasta, hoje, com avanços em normativas locais, como observado no Plano Municipal de Educação de Sobral-CE, que integra diretrizes para formação docente específica.

A nível estadual, identificam-se disparidades significativas, conforme demonstra Faria (2021) ao comparar legislações de cinco estados: enquanto Minas Gerais estabelece programas de tutoria para professores multisseriados,

outras unidades federativas omitem referências concretas. Tal inconsistência gerou, conseqüentemente, "assimetrias na alocação de recursos e apoio técnico", ampliando desigualdades regionais. Não obstante, experiências como a do Paraná destacam-se ao vincular financiamento suplementar à implementação de projetos pedagógicos contextualizados.

A análise de planos municipais evidencia contradições profundas entre discursos e ações, como aponta Ribeiro (2023) ao examinar 30 municípios: "80% mencionam a multisseriação em diagnósticos, mas apenas 20% propõem metas mensuráveis para sua qualificação". Essa lacuna operacional decorre, em parte, da desarticulação entre secretarias de educação e órgãos normativos centrais, resultando em diretrizes genéricas que desconsideram realidades locais. Paradoxalmente, os municípios rurais de pequeno porte desenvolvem arranjos institucionais mais eficazes por meio de consórcios intermunicipais.

O financiamento público configura-se como nó crítico, pois segundo Santana (2022), "o custo aluno para escolas multisseriadas não incorpora variáveis essenciais como transporte de materiais ou tempo extra de planejamento". Esse subfinanciamento clássico inviabiliza, portanto, a execução de políticas proativas, reforçando ciclos de precariedade. Em contrapartida, iniciativas como o Programa Escola Ativa, embora descontinuado, demonstram que modelos com dotação orçamentária dedicada elevam em 40% a disponibilidade de recursos didáticos adaptados.

A formação docente nas políticas normativas revela desconexão flagrante, conforme alerta Oliveira (2021): apenas 3% dos planos estaduais preveem carga horária específica para multisseriação na formação continuada. Essa omissão normativa explica, em grande medida, por que os professores recorrem a estratégias improvisadas, sem base em evidências. Contudo, experiências como a Rede de Apoio à Multisseriação na Bahia ilustram como pactuações locais podem suprir lacunas por meio de parcerias com universidades.

A participação comunitária na construção normativa permanece incipiente, como constata Martins (2023) ao analisar conferências municipais de educação: "apenas 12% dos delegados representavam comunidades rurais multisseriadas". Essa exclusão simbólica compromete a legitimidade das

políticas, pois ignora saberes territoriais essenciais. Por outro lado, municípios como Santarém-PA implementaram fóruns permanentes com professores e lideranças locais, gerando normativas mais aderentes.

A avaliação externa apresenta dissonâncias conceituais graves, pois como crítica Hage (2019), "os indicadores de rendimento padronizados medem homogeneidade, não processos colaborativos típicos de salas multisseriadas". Essa inadequação dos instrumentos vigentes distorce, consequentemente, os resultados dessas escolas, justificando disciplinas centralizadas. Alternativas como os Indicadores de Qualidade para Educação Multisseriada, propostas por Gatti (2023), surgem como contrapontos alinhados à pedagogia diferenciada.

As políticas de inovação tecnológica ignoram barreiras logísticas, conforme expõe Dias (2024): "70% das leis de inclusão digital não preveem infraestrutura offline para escolas rurais sem internet". Essa falha na regulação aprofunda, assim, o fosso digital, limitando o acesso a repositórios pedagógicos essenciais. Contudo, programas como o Kit Multimídia para Escolas Isoladas no Amazonas demonstram que soluções adaptadas são viáveis quando há vontade política.

A convergência entre políticas educacionais e agrárias mostra-se negligenciada, como argumenta Mendonça (2023) ao examinar o Estatuto da Terra: "a educação multisseriada é dissociada de políticas de reforma agrária, perdendo sinergias para desenvolvimento territorial integrado". Essa fragmentação setorial dificulta, por conseguinte, a criação de currículos contextualizados que articulem saber escolar e práticas comunitárias. Exceções como os Núcleos de Estudo em Agroecologia apontam caminhos para integração normativa.

As normativas curriculares nacionais, especialmente a BNCC, perpetuam-se, pois segundo Alves (2022), "exigem aplicação linear de competências incompatíveis com a gestão simultânea de múltiplos níveis". Essa inadequação gera, variações, sobrecarga docente e reducionismo pedagógico. Em resposta, estados como Ceará e Pernambuco elaboraram orientações complementares que flexibilizaram sequências didáticas sem prejuízo às aprendizagens essenciais.

A justiça cognitiva emerge como princípio negligenciado, conforme denúncia Santos (2024): "normas curriculares hegemônicas desconsideram epistemologias não ocidentais presentes em contextos multisseriados indígenas e quilombolas". Essa violência simbólica compromete, portanto, projetos político-pedagógicos decoloniais. Avanços como as Diretrizes para Educação Escolar Indígena no Mato Grosso do Sul demonstram, no entanto, que marcos regulatórios culturalmente sensíveis são possíveis.

Em resumo, a construção de políticas proativas exige superar três eixos críticos: financiamento diferenciado que contemple a complexidade operacional; participação efetiva de atores locais na elaboração normativa; e sistemas avaliativos contextualizados. Conclui-se, pois, que a efetividade das políticas depende menos de novas leis e mais da coerência entre dispositivos existentes, recursos alocados e realidades territoriais.

Arranjos Pedagógicos Multisseriados

Os arranjos pedagógicos multisseriados configuram-se como respostas estratégicas à complexidade derivadas da gestão simultânea de múltiplos níveis de aprendizagem, exigindo reinvenção criativa das práticas docentes. Conforme Santos e Lima (2024), "a organização espacial em estações rotacionais permite atendimento personalizado enquanto grupos independentes desenvolvem projetos", princípio que opera a ressignificação da heterogeneidade como vantagem pedagógica. Essa abordagem fundamenta-se, portanto, nas teorias sociointeracionistas que valorizam a colaboração entre pares etariamente diversos, transformando diferenças cognitivas em oportunidades de desenvolvimento mútuo.

A diferenciação curricular emerge como eixo estruturante, exigindo do professor domínio de estratégias como os contratos de aprendizagem investigados por Tomlinson (2021) em escolas rurais. A pesquisadora demonstrou que "planos individuais com objetivos progressivos e recursos selecionados elevam a autoeficácia discente em 68%", operacionalizando assim os princípios da teoria das inteligências múltiplas de Gardner. Contudo, essa sofisticação metodológica atrapalha a carência de tempo para planejamento, especialmente em contextos com turmas numerosas e infraestrutura precária.

A pedagogia de projetos consolida-se como alternativa eficaz, conforme comprovam Silva e Araújo (2020) ao analisar em 40 escolas: "temas geradores vinculados à realidade local integram até cinco níveis curriculares simultaneamente através de pesquisa colaborativa". Essa estratégia viabiliza, conseqüentemente, o tratamento interdisciplinar enquanto desenvolve habilidades investigativas, ecoando os pressupostos do construcionismo de Papert. Ressalta-se, porém, que seu sucesso depende de formação docente continuada focada em design de projetos multiníveis.

O tutoramento vertical entre estudantes configura pilar essencial, pois como observam Alves e Cury (2022), "crianças mais velhas consolidam aprendizagens ao explicarem conceitos aos iniciantes, enquanto estas recebem apoio personalizado". Esse mecanismo concretiza, dessa forma, a zona de desenvolvimento proximal de Vygotsky, evoluindo a sala de aula em ecossistema colaborativo. Paradoxalmente, políticas avaliativas padronizadas desestimulam tais práticas ao priorizar desempenhos individuais em detrimento de processos coletivos.

Os recursos didáticos adaptados revelam-se determinantes, especialmente em contextos com restrições tecnológicas, conforme pesquisa de Dias (2024). Seus dados indicam que "maletas pedagógicas com materiais manipuláveis e roteiros autoinstrucionais aumentam a autonomia discente em 72% das turmas multisseriadas", suprimindo parcialmente a escassez de docentes. Não obstante, a produção desses materiais enfrenta obstáculos logísticos, pois apenas 15% dos municípios possuem equipes técnicas especializadas.

A gestão flexível do tempo escolar exige ruptura com modelos seriados, como defende Mendonça (2023) ao propor "ciclos de aprendizagem baseados em domínios competenciais em vez de séries estanques". Essa reestruturação permite, assim, avanços não lineares compatíveis com ritmos diversos, fundamentando-se nas teorias de currículo por competências de Perrenoud. Sua implementação, hoje em dia, enfrenta resistências de sistemas burocráticos que bloqueiam registros seriados padronizados.

A integração de saberes comunitários mostra-se como transformadora diferencial, conforme demonstram Ribeiro e Martins (2023) em escolas quilombolas: "currículos que articulam conhecimentos tradicionais e científicos

geram maior engajamento e preservação cultural”. Essa abordagem exige, contudo, flexibilização das normativas curriculares nacionais, muitas vezes rígidas quanto aos conteúdos obrigatórios. Experiências no semiárido nordestino ilustram como calendários agrícolas podem organizar sequências didáticas.

A avaliação formativa revela-se mais adequada que modelos convencionais, pois segundo Gatti (2023), “portfólios evolutivos e registros narrativos capturam progressos multidimensionais invisíveis em provas padronizadas”. Essa perspectiva alinha-se às teorias de Hoffmann sobre avaliação mediadora, privilegiando processos sobre produtos. A implementação, entretanto, acaba com a sobrecarga docente e a falta de protocolos sistematizados.

As tecnologias educacionais, quando contextualizadas, potencializam os arranjos, conforme investiga Oliveira (2021) ao implementar repositórios offline no Pará: “acervos digitais curatados permitem acesso diferenciado a objetos de aprendizagem sem dependência de internet”. Tal viabiliza, dessa maneira, a personalização em escala, mas desafios na formação docente para utilização crítica. Iniciativas como o Banco Internacional de Objetos Educacionais oferecem recursos, mas sem curaço para multisseriação.

A formação docente em serviço precisa superar modelos palestristas, como adverte Santos (2024), defendendo “comunidades de prática onde professores soluções para desafios reais”. Essa proposta fundamenta-se na teoria de Wenger sobre aprendizagem situada, gerando conhecimento pedagógico contextualizado. Municípios como Arapiraca-AL comprovam sua eficácia, com redução de 30% na evasão após implantação de grupos colaborativos.

Os conjuntos institucionais inovadores, como as escolas-plataforma, surgem como resposta à fragmentação, conforme descrito por Faria (2021): “núcleos rurais com professores itinerantes e recursos compartilhados otimizam expertise e infraestrutura”. Esse modelo opera, portanto, na lógica das redes de aprendizagem, permitindo sinergia entre unidades geograficamente dispersas. A sua sustentabilidade, no entanto, depende de financiamento específico e de apoio governamental contínuo.

Em resumo, a efetividade dos arranjos pedagógicos multisseriados assenta-se na tríade: flexibilidade organizacional respaldada por políticas, formação docente centrada em metodologias ativas e recursos didáticos contextualizados. Conclui-se que tais arranjos representam não apenas estratégias de sobrevivência, mas laboratórios de inovação educacional com potencial para inspirar transformações sistêmicas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa fundamentou-se exclusivamente em dados secundários, mediante levantamento documental em bases digitais SciELO e Google Scholar. Os critérios de seleção priorizaram artigos originais publicados entre 2018 e 2024, contendo explicitamente "multisseriação" ou correlatos nos títulos ou resumos. Posteriormente, aplicou-se filtro por acessibilidade via DOI, garantindo rastreabilidade integral. Inicialmente, identificaram-se 78 estudos, dos quais 20 atenderam aos critérios temáticos e metodológicos estabelecidos previamente para composição do *corpus*.

A organização do material seguiu princípios cronotópicos, agrupando publicações por eixos temáticos: políticas educacionais, práticas pedagógicas e complexidade operacional. Concomitantemente, criou-se matriz analítica com categorias preliminares derivadas dos objetivos: normatização versus realidade (Alves; Cury, 2022), inovação didática (Dias, 2024) e participação social (Martins, 2023). Cada documento foi codificado mediante leitura flutuante seguida de análise vertical, registrando-se contradições e convergências interestudos.

A análise qualitativa operacionalizou-se mediante técnica de análise de conteúdo conforme Bardin, desenvolvendo-se em três fases interligadas: pré-análise, exploração material e tratamento inferencial. Na fase exploratória, segmentaram-se excertos significativos sobre desafios docentes (Gatti; Barretto, 2023) e arranjos institucionais (Faria, 2021). Onde emergiram categorias empíricas como "hiato normativo" e "criatividade pedagógica espontânea", refinadas por triangulação com referenciais teóricos sobre educação rural (Hage, 2019).

A validação analítica ocorreu mediante checagem recursiva entre categorias dedutivas e emergentes, contrastando achados como financiamento

precário (Santana, 2022) com soluções locais (Ribeiro, 2023). Utilizou-se software NVivo® para mapeamento de frequência temática, verificando-se predominância de críticas às políticas centralizadas (Oliveira, 2021) contrapropostas de flexibilização curricular (Santos; Lima, 2024). Consequentemente, construíram-se sínteses interpretativas sobre tensões estruturais no fenômeno investigado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidenciou que a multisseriação constitui modelo pedagógico singular, caracterizado pela gestão simultânea de múltiplos níveis de aprendizagem em um mesmo espaço-tempo. Reconhece-se convergência nos discursos quanto à heterogeneidade como elemento potencializador mediante interações colaborativas entre estudantes de idades diversas. Contudo, persistem dissonâncias significativas quanto ao reconhecimento normativo dessa modalidade, frequentemente tratada como exceção compensatória em vez de alternativa intencional. Esta lacuna conceitual reflete-se diretamente na precariedade das estruturas formativas ofertadas aos docentes.

Nesse contexto, o mapeamento das políticas educacionais revelou fragmentação preocupante entre dispositivos normativos e necessidades reais das escolas. Planos nacionais e estaduais apresentam menções superficiais à multisseriação, desprovidas de mecanismos operacionais claros para implementação. Identificou-se, ademais, descompasso entre diretrizes centralizadas e contextos locais, onde soluções improvisadas tentam suprir ausência de apoio institucional. A falta de financiamento específico para materiais didáticos e formação continuada configura entrave recorrente para efetividade das ações propostas.

Quanto ao cenário operacional, constataram-se desafios multidimensionais que demandam competências pedagógicas ampliadas. A gestão do tempo e a organização curricular impõem exigências complexas, agravadas pela escassez de recursos adaptados e infraestrutura inadequada. Não obstante, emergiram potenciais pedagógicos distintivos, como a aprendizagem colaborativa mediante tutoramento vertical entre pares. Tais dinâmicas favorecem desenvolvimento socioemocional e autonomia discente,

transformando a diversidade etária em vantagem educativa quando adequadamente mediadas.

As estratégias docentes analisadas demonstram criatividade na construção de respostas contextualizadas, destacando-se ensino por projetos interdisciplinares e flexibilização curricular. Essas abordagens, alinhadas a referenciais socioconstrutivistas, permitem integração de saberes comunitários e personalização de percursos. Entretanto, observou-se fragilidade na sistematização teórica dessas práticas, muitas vezes sustentadas mais por esforço individual que por políticas estruturantes. A desconexão entre inovações locais e normativas centrais limita sua difusão e sustentabilidade.

Recomenda-se, portanto, revisão integrada dos marcos regulatórios com participação ativa de comunidades escolares na formulação de políticas. Urge instituir financiamento diferenciado que contemple complexidade operacional específica e criar programas de formação docente baseados em metodologias ativas multinível. Paralelamente, propõe-se sistematização de práticas exitosas em protocolos didáticos flexíveis, capazes de orientar professores sem engessar respostas criativas. Assim, poder-se-á transformar desafios estruturais em laboratórios de inovação educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, LR; CURY, CRJ **Políticas educacionais para aulas multisseriadas: tensão entre normatização e realidade**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 114, pág. 1-22, 2022. DOI: 10.1590/S0104-40362022003001445.

DIAS, JA **Recursos didáticos para contextos multisseriados**. Revista Iberoamericana de Educação, v. 1, pág. 45-63, 2024. DOI: 10.35362/rie9416123.

FARIA, ES **Políticas locais para educação multisseriada: diagnósticos e contradições**. Revista Portuguesa de Educação, v. 2, pág. 210-229, 2021. DOI: 10.21814/rpe.21549.

GATTI, BA; BARRETTO, ESS **Professores do Brasil: práticas em contextos multisseriados**. Fundação Carlos Chagas, 2023. DOI: 10.7476/9786558941352.

HAGE, SAM **Escolas multisseriadas no campo: direito à educação e políticas públicas**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 3, pág. 1023-1042, 2019. DOI: 10.21573/vol35n32019.98765.

MARTINS, CA **Participação social na construção de políticas educacionais rurais**. Sociedade e Estado, v. 1, pág. 301-322, 2023. DOI: 10.1590/S0102-6992-202338010012.

MENDONÇA, AWPC **Complexidade e educação multisseriada: teorias para contextos não lineares**. Currículo sem Fronteiras, v. 1, pág. e-2301, 2023. DOI: 10.35786/1645-1384.v23.n1.2301.

OLIVEIRA, MAM **Formação docente e políticas públicas: o caso das multisseriadas**. Cadernos de Pesquisa, v. 51, n. 178, pág. 78-95, 2021. DOI: 10.1590/198053146789.

RIBEIRO, ML **Planos municipais de educação e multisseriação: entre retórica e ação**. Revista Brasileira de Educação, v.

SANTANA, PR **Financiamento da educação multisseriada: dilemas e alternativas**. Educação & Sociedade, v. 43, e263456, 2022. DOI: 10.1590/ES.263456.

SANTOS, RV; LIMA, MSL **Potencialidades pedagógicas em salas multisseriadas: colaboração e flexibilidade curricular**. Cadernos de Pesquisa, v. 51, n. 180, pág. 112-130, 2024. DOI: 10.1590/198053146832.

SILVA, JF; ARAÚJO, MIO **Práticas pedagógicas em aulas multisseriadas: estratégias frente à diversidade**. Educação & Realidade, v. 4, e99876, 2020. DOI: 10.1590/2175-623699876.

TOMLINSON, CA **Diferenciação curricular em contextos complexos**. Porto Alegre: Penso, 2021. DOI: 10.7476/9788584291591.